

# Associação Corredor Ecológico

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022

# CONTEÚDO

1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
2 – Balanços patrimoniais	6
3 – Demonstração dos resultados	7
4 – Demonstração das mutações do patrimônio Líquido	8
5 – Demonstração dos fluxos de caixa	9
6 – Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros da  
**Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba**  
São José dos Campos – SP

### Opinião Sem Ressalvas

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba ("Associação")**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, compreendendo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba ("Associação")** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para Opinião Sem Ressalvas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos Auditores Independentes pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à **Associação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras.

### Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

A Administração da **Associação** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de Auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a Auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na Auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da **Associação** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.



Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos Auditores Independentes pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de Auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevantes resultantes de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos procedimentos de Auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Associação**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Associação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações não forem feitas ou forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

#### **Outras informações**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos parecer sem ressalvas, datado de 27 de setembro de 2022.

São Paulo, 11 de setembro de 2023.

  
**Equilíbrio Auditores Independentes**  
CRC 2SP 035217/O-3

  
**Nilson de Lima Barboza**  
Contador  
CRC 1SP 188285/O-0  
CNAI 1059

# Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio social	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.463.981	2.066.147	Contas a pagar	7	58.509	59.647
Tributos a compensar	-	10.059	3.612	Tributos a pagar	9	7.714	3.886
Créditos a receber	4	16.294	-	Adiantamento de projetos	10	419.811	176.839
		<u>2.490.334</u>	<u>2.069.759</u>			<u>486.034</u>	<u>240.372</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Investimentos/Projetos	5	72.000	12.000	Salários e encargos sociais a pagar	8	1.234.430	1.096.597
Imobilizado	6	9.198	14.251				
		<u>81.198</u>	<u>26.251</u>	<b>Patrimônio social</b>		<u>851.068</u>	<u>759.041</u>
				Patrimônio social			
				<b>Total do patrimônio social</b>	*	<u>851.068</u>	<u>759.041</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>2.571.532</u>	<u>2.096.010</u>	<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<u>2.571.532</u>	<u>2.096.010</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

## Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
<b>Receitas Operacionais</b>			
Doações recebidas	11	1.146.001	1.240.499
Trabalho voluntário	17	<u>150.093</u>	<u>156.029</u>
		<u>1.296.094</u>	<u>1.396.528</u>
<b>Custos operacionais</b>			
Plantio, manutenção e cercamento de mudas de árvores	12	(277.464)	(327.582)
Trabalho voluntário	17	<u>(150.093)</u>	<u>(156.029)</u>
		<u>(427.557)</u>	<u>(483.611)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<u>868.537</u>	<u>912.917</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	13	(1.030.276)	(1.193.238)
<b>Resultado antes das (despesas) receitas financeiras</b>		<u>(161.739)</u>	<u>(280.321)</u>
Despesas Financeiras	14	(8.171)	(10.513)
Receitas Financeiras	15	<u>261.937</u>	<u>72.877</u>
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<u>253.766</u>	<u>62.364</u>
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>		<u>92.027</u>	<u>(217.957)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em Reals)*

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) do exercício	Total
Em 1º de janeiro de 2021	976.998	-	976.998
Déficit do exercício	-	(217.957)	(217.957)
Transferência do déficit do exercício	<u>(217.957)</u>	<u>217.957</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2021	759.041	-	759.041
Superávit do exercício	-	92.027	92.027
Transferência do superávit do exercício	<u>92.027</u>	<u>(92.027)</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>851.068</u>	<u>-</u>	<u>851.068</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 (Não Auditado)

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Superávit (Déficit) do exercício	*	92.027	(217.957)
Ajustes para:			
Depreciação		5.053	4.269
		<u>97.080</u>	<u>(213.688)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Adiantamento de Projetos		242.972	83.712
Tributos a compensar		(6.447)	(3.612)
Créditos a receber		(16.294)	-
Contas a pagar		(1.138)	49.131
Salários e encargos sociais a pagar		137.833	290.982
Tributos a pagar		3.828	2.144
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>457.834</u>	<u>208.669</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Investimento em novos projetos de monitoramento remoto	5	(60.000)	(12.000)
Aquisição de imobilizado		-	(8.600)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(60.000)</u>	<u>(20.600)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>397.834</u>	<u>188.069</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>2.066.147</u>	<u>1.878.078</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>2.463.981</u>	<u>2.066.147</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

*(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Informações gerais

A Associação Corredor Ecológico do Vale do Vale do Paraíba, idealizadora do projeto, é uma organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos, que nasceu da união de diversas organizações do segundo e terceiro setores comprometidas com a sustentabilidade do planeta, e que decidiram unir esforços para a busca conjunta desse fim.

A Associação foi criada em 2009, e tem por objetivo propor a conectividade florestal e a articulação de diferentes atores sociais, por meio do estudo da dinâmica da paisagem do Vale do Paraíba e do diálogo junto à comunidade, respeitando a cultura local e a serviço da vida. Para isso, o Corredor desenvolveu a metodologia “Linhas de Conectividade”, que visa garantir o desenvolvimento e a perenidade das florestas a partir de um guia de reflorestamento que mapeou as áreas mais estratégicas para receber plantios, otimizando as ações de restauração florestal, através da:

- Conservação e restauração das áreas de incidência da mata Atlântica no Vale do Rio Paraíba do Sul;
- Proteção das nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul em sua porção paulista;
- Implementação de projetos visando melhoria da qualidade de vida e economia local;
- Geração de trabalho e renda na região; e
- Promoção de atividades educacionais e culturais consideradas relevantes ao incentivo e preservação da cultura local.

A Associação realiza suas atividades através de contratos e termo de colaboração firmados com seus doadores e parceiros, sendo os principais, entre outros projetos em andamento os abaixo demonstrados:

- Prefeitura do Município de Jacareí, contrato firmado em 3 de agosto de 2020 com vigência até 3 de agosto de 2024.
- The Nature Conservancy Brasil, contrato firmado em 09 de novembro de 2022.
- Fitesa Não Tecidos S.A., contrato firmado em 01 de junho de 2022.
- Instituto Malwee, contrato assinado em 20 de setembro de 2022 com vigência até agosto de 2025.

- Projeto Fehidro Saúva, contrato assinado em maio de 2022, no valor de R\$ 1.640.398,00 financiado pelo Fehidro e R\$ 182.259,04 de contrapartida, com o objetivo principal de promover o fortalecimento da cadeia de restauração e fomentar as primeiras ações para criação de uma futura rede de sementes com variabilidade genética e bem distribuída no Vale do Paraíba por meio da implantação de adubação verde e identificação de matrizes em propriedades rurais mobilizadas no município de Jacareí no âmbito do Projeto Renascentes, além de criar um banco de dados com as informações e dados geoespaciais da implantação, e também desenvolver a capacitação sobre sementes de adubação verde.
- Projeto Plano Diretor de Restauração do Vale do Paraíba em parceria com o Instituto Ekos, contrato assinado em junho de 2022 no valor de R\$ 252.000,00, e tem como objetivo a prestação de serviços técnicos de apoio, para executar o diagnóstico das ações de restauração na UGRHI 02, o mapeamento de experiências e de unidades demonstrativas e a elaboração do Plano Diretor de Restauração para a UGRHI 02, Vale do Paraíba do Sul, para o desenvolvimento do Projeto Plano Diretor de Restauração para a UGRHI 02, Vale do Paraíba do Sul.
- Em 2022 também foi indicada pela French Water Partnership para realizar sua doação ao Corredor Ecológico. O plantio de 417 mudas foi realizado em 1 propriedade localizada no município de Jacareí.

A Entidade é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público conforme determina a Lei 9.790/99, estando sua atividade abrangida pela isenção tributária nos termos da Lei nº 9.532/97. Sua qualificação foi formalizada por Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, órgão integrante do Ministério da Justiça.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### **2.1 Base de preparação e apresentação e declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições aplicáveis da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 3 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado.

## 2.2 **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## 2.3 **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

A Associação não possui operações em moeda estrangeira.

## 2.4 **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.5 **Instrumentos financeiros**

### *(i) Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os recebíveis da Associação compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

### *(ii) Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganho e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado: fornecedores e outras contas a pagar.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecida no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento ao fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiros, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos e passivos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos**

A Associação não possui instrumentos financeiros derivativos.

## 2.6 Investimentos/Projetos

Os investimentos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de qualquer perda não recuperável acumulada.

## 2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada em 5 anos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## 2.8 Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

### *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Associação, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de ajuste.

## 2.9 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

## 2.10 Adiantamento de Projetos

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida dos valores recebidos de contribuição para custeio registrados em Bancos – Com restrição, deve ser em conta específica do passivo – Adiantamento de Projetos. Os valores adiantados, dessa forma, devem ser reconhecidos como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à realização dos respectivos projetos.

## 2.11 Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

## 2.12 Patrimônio social

Constituído pelo patrimônio social, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício e incorporados à rubrica “Patrimônio social” ao encerramento de cada exercício.

Em caso de dissolução social da Associação, o remanescente do patrimônio líquido será destinado a uma associação ou entidade de fins não econômicos sediada no território nacional, com personalidade jurídica comprovada, devidamente registrada nos órgãos públicos competentes e que preferencialmente tenha o mesmo objeto social da Associação, nos termos do

artigo 4º, IV, da Lei 9.790/99, bem como do art. 33, III, da Lei 13.019/2014, de acordo com a Assembleia Geral que deliberar sobre a dissolução. Não existindo no Município, no Estado, Distrito Federal ou Território, associação ou entidade congênere, o que remanescer do patrimônio da Associação se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

### **2.13 Apuração do superávit ou déficit**

As receitas de doações são reconhecidas pelo regime de competência, e se originam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo utilizadas no custeio das atividades da Associação.

As despesas são registradas pelo regime de competência. A receita e despesa financeira são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

### **2.14 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e representam os benefícios econômicos prováveis que fluirão para a Associação, reconhecendo as receitas financeiras líquidas do imposto de renda a ser retido de instituições financeiras. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, tarifas bancárias.

### **2.15 Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 a Associação registrou o montante de R\$ 150.093 referente a trabalhos voluntários (R\$ 156.029 em 2021), conforme demonstrado na nota explicativa nº 16 – Trabalho Voluntário.

### **2.16 Remuneração da Administração**

O Estatuto Social prevê que os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal não receberão remuneração, de qualquer tipo, pelas atividades exercidas na Associação. A Associação poderá remunerar os membros da Secretaria Executiva e outros dirigentes que atuem na sua gestão executiva, bem como prestadores de serviços específicos. Em quaisquer dos casos, os valores serão os praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

### **2.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC e não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Associação:

- CPC 25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” – Custos para cumprir um contrato;
- CPC 06 “Arrendamentos” – Benefícios relacionados a COVID concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos após 30 de junho de 2021;
- CPC 15 “Combinação de Negócios” – Referências à estrutura conceitual;
- CPC 27 “Ativo Imobilizado” – Receitas antes do uso pretendido.

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC, porém não foram adotadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro" – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" – Divulgação de Políticas Contábeis;
- CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" – Definição da estimativa contábil – Definição da Estimativa Contábil;
- CPC 32 "Tributos sobre o Lucro" – Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrente de uma única transação;
- CPC 50 "Contratos de Seguros" – Princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.

A Associação não espera impactos relevantes da adoção dessas alterações.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	226.672	177.026
Aplicações em poupança	-	24.442
Aplicações financeiras	<u>2.237.309</u>	<u>1.864.679</u>
	<u>2.463.981</u>	<u>2.066.147</u>

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por fundos de investimentos CDB, com remuneração média de 85% do CDI com liquidez imediata e sem restrições de resgate. As receitas financeiras apropriadas ao resultado do exercício totalizaram R\$ 261.937 (2021 - R\$ 72.877).

### 4 Créditos a Receber

	2022	2021
Créditos a receber - FITESA	14.513	-
Valores a receber de Projetos – Da Serra	1.050	-
Valores a receber de Projetos – Terra Nova	<u>729</u>	<u>-</u>
	<u>16.294</u>	<u>-</u>

### 5 Investimentos / Projetos

	2022	2021
Projeto Monitoramento Remoto	<u>72.000</u>	<u>12.000</u>
	<u>72.000</u>	<u>12.000</u>

## 6 Imobilizado

	2022	2021
Computadores e periféricos		
Custo total	40.215	40.515
Depreciação acumulada	<u>(31.017)</u>	<u>(25.964)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>9.198</u>	<u>14.251</u>
Saldo inicial	14.251	9.920
Adições	-	8.600
Depreciação do exercício	<u>(5.053)</u>	<u>(4.269)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>9.198</u>	<u>14.251</u>
Taxa anual de depreciação - %	20	20

## 7 Contas a pagar

	2022	2021
Fornecedores	35.909	58.047
Contas a pagar	<u>22.600</u>	<u>1.600</u>
	<u>58.509</u>	<u>59.647</u>

## 8 Salários e encargos sociais a pagar

	2022	2021
Encargos sociais a pagar (a)	<u>1.234.430</u>	<u>1.096.597</u>
	<u>1.234.430</u>	<u>1.096.597</u>

(a) A Associação reconhece o passivo previdenciário sobre a remuneração de colaboradores que tem sua relação com a Entidade formalizada por meio de emissão de nota fiscal de pessoa jurídica.

## 9 Tributos a pagar

	2022	2021
IRRF a recolher	180	90
PIS/Cofins a recolher	558	279
ISS a recolher	<u>6.976</u>	<u>3.517</u>
	<u>7.714</u>	<u>3.886</u>

## 10 Adiantamento de Projetos

	2022	2021
Dupont	49.551	56.455
Fitesa Não Tecidos S.A.	33.748	-
Instituto Malwee	11.452	-
Plano Diretor de Restauração	50.889	-
SFX	17.757	-
TNC	9.300	-
Da Serra	1.050	-
WRI Brasil	12.359	-
Prefeitura de Jacarei	<u>233.705</u>	<u>120.384</u>
	<u>419.811</u>	<u>176.839</u>

## 11 Receitas operacionais

	2022	2021
Doações de pessoas jurídicas:		
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (i)	143.435	601.627
Concessionária da Rodovia Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (ii)	-	27.294
Outros Apoiadores (iii)	<u>54.511</u>	<u>86.967</u>
<b>Total das doações com encargos</b>	<u>197.946</u>	<u>715.888</u>
Doações de pessoas físicas/jurídicas:		
Arvorecer (iv)	<u>40.319</u>	<u>32.713</u>
<b>Total de doações voluntárias</b>	<b>238.265</b>	<b>748.601</b>
Prestação de Serviços		
Prefeitura Municipal de Jacarei (v)	756.168	413.689
Outros	177.055	92.579
ISS e Cofins sobre serviços	(25.487)	(14.370)
<b>Total das prestações de serviço</b>	<u>907.736</u>	<u>491.898</u>
<b>Total das doações recebidas</b>	<b>1.146.001</b>	<b>1.240.499</b>

- (i) Em 15 de dezembro de 2015, a Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargo para realização do plantio e manutenção de 340.000 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta nos municípios afetados pelas obras da concessionária.
- Em 14 de maio de 2019 a Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargos para realização da manutenção de plantios compensatórios em 98,52 hectares localizados na floresta Atlântica.
- (ii) Em 14 de julho de 2017, a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargo para realização do plantio e manutenção de 2.327 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta. Esse projeto foi concluído ao longo do exercício de 2021.
- (iii) São doações de contratos menores e doações esporádicas realizadas por pessoas jurídicas.

- (iv) São doações voluntárias realizadas por pessoas físicas e jurídicas pelo *website* [www.corredorecológico.org.br](http://www.corredorecológico.org.br), sendo o valor recebido destinado ao plantio de árvores.
- (v) Em 03 de agosto de 2020 a Prefeitura do Município de Jacarei contratou a Associação por meio de um termo de colaboração com o objeto de planejamento da paisagem e restauração florestal do Município de Jacarei, consoante o plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste.

## 12 Despesas com plantio de mudas de árvores

	2022	2021
Despesa com plantio e manutenção do projeto Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	6.635	229.143
Despesa com plantio e manutenção do projeto Concessionária das Rodovias Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	-	11.900
Despesa com plantio do projeto Alcoa	-	2.788
Despesa com plantio e manutenção do projeto com a Prefeitura de Jacarei	219.400	64.947
Despesa com plantio do projeto de outros doadores	51.429	18.804
	<u>277.464</u>	<u>327.582</u>

## 13 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários e encargos sociais	842.230	878.314
Honorário advocatício, contábil, comunicação e administrativo	100.457	91.118
Despesas com viagens e hospedagens	23.294	14.688
Depreciação	5.053	4.269
Aluguéis	16.244	15.251
Outras despesas (i)	42.998	189.598
	<u>1.030.276</u>	<u>1.193.238</u>

(i) Compostas substancialmente por despesas com telefonia, refeições, hospedagem do *website*, aluguel de veículos e outras de menor valor.

## 14 Despesas financeiras

	2022	2021
Despesa c/ IRRF s/ aplicação financeira	7.425	9.773
Despesas bancárias	731	702
Juros passivos	15	38
	<u>8.171</u>	<u>10.513</u>

## 15 Receitas financeiras

	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	261.937	72.877
	261.937	72.877

## 16 Contingências

A Associação não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários ou ambientais.

A Associação é autora de um processo contra a Comunidade de Taubaté (Ré) referente a cobrança visando o recebimento dos débitos decorrentes do Contrato de Parceria e Cooperação firmado entre as partes. Foi atribuído o valor de R\$ 21.000 como sendo o valor da causa e R\$ 299.143, como valor de condenação.

Como os ativos contingentes são caracterizados por situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (inclusive no que se refere a avaliação sobre o preenchimento dos requisitos previstos na legislação), a entrada desses benefícios econômicos foi considerada possível, mas não praticamente certa, segundo avaliação da Administração da Associação e de seus consultores jurídicos; e dessa forma, nenhum ativo foi reconhecido.

Os registros contábeis e as operações da Associação estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais e à eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

## 17 Trabalho voluntário

Os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolso de caixa para a Associação referem-se aos honorários de conselhos, remuneração da diretoria e à prestação de serviços diversos. A Associação, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, estima que teria desembolsado aproximadamente R\$ 150.093 (2021 – R\$ 156.029), conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Honorários		
Conselho Deliberativo (i)	32.734	30.942
Conselho Fiscal (i)	16.367	30.942
Conselho Consultivo (i)	6.751	6.382
Remuneração da diretoria	9.820	18.565
Jurídico	66.648	45.850
Comunicação	17.773	16.800
Programa de estágio voluntário	-	6.548
	150.093	156.029

- (i) Valor anual calculado utilizando a quantidade de reuniões ocorridas por ano multiplicada por uma remuneração mensal considerada justa para as atividades correspondentes.

## 18 Instrumentos financeiros

### 18.1 Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Administração e Conselho da Associação. Os procedimentos de gestão da Associação proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

#### *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Associação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

#### *Risco de liquidez*

É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

#### *Risco de mercado*

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos aplicações financeiras com taxas que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

## 19 Aspectos fiscais

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997. De acordo com a lei, considera-se “sem fins lucrativos” a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos, (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas e (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - a Associação possui isenção quanto ao recolhimento desse tributo, cujo montante não recolhido em virtude dessa isenção é de R\$ 35.145 (2021 – R\$ 37.646).

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

## **20 Avais, fianças e garantias**

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2022 e 2021.

## **21 Eventos subsequentes**

No final do exercício de 2022, foram firmados novos contratos, cujos efeitos financeiros se darão a partir do exercício de 2023, conforme abaixo relacionados:

- Projeto Dupont, novo projeto aprovado em dezembro de 2022 em uma seleção do programa “Clear in to the future” em parceria com a CAF American, após o encerramento do contrato de 2021 no valor de USD 10.000,00. A realização teve apoio da APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios), a Rede Agroflorestal e a Prefeitura de Pindamonhangaba. O objetivo foi atuar no município de Pindamonhangaba, fortalecendo e complementando as ações já desenvolvidas pela APTA no resgate, produção, consumo e promoção do autoconsumo de plantas não convencionais e frutas nativas da região Mata Atlântica com base nos sistema agroflorestais.
- The Nature Conservancy Brasil - TNC, contrato assinado em novembro de 2022, para atuar como Unidade de Apoio para dar suporte em campo, no âmbito do programa Renascentes.

• • •